

Comissão constitucional apressa anteprojeto

Da Sucursal do Rio

Rogério Carneiro - 21. Jan. 86



CONSTITUINTE 86 Um apelo emocionado do chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, 80, acelerou as decisões e a Comissão

Provisória de Estudos Constitucionais, cinco meses depois de criada, começa a produzir o "esboço de anteprojeto" de Constituição que deve entregar em julho ao presidente Sarney. Arinos, presidente da comissão, preocupado com a "aceleração histórica que põe em risco a estabilidade das instituições no país", pediu aos integrantes da comissão, na manhã do dia 1º de fevereiro, em reunião no Hotel Glória, zona sul do Rio, que "afastassem as divergências" para que o texto constitucional ficasse pronto a tempo, dentro do prazo fixado pelo decreto que criou a comissão.

No dia seguinte, o debate que se arrastava por meses entre "parlamentaristas", "presidencialistas" e "parlamentaristas mistos" chegou ao final, com a opção por um regime híbrido, com o presidente eleito por voto direto dividindo os poderes com o primeiro-ministro. O presidente teria a tarefa de elaborar os "planos bienais de desenvolvimento", comandar as Forças Armadas e guardar a "ordem constitucional". O primeiro-ministro executaria os planos de governo, exercendo, na prática, a função executiva. A fórmula surgiu da combinação das duas propostas majoritárias, ambas defensoras de sistemas mistos: a do cientista político Hélio Jaguaribe, 61, apoiada por integrantes cariocas da comissão, e a do jurista Miguel Reale Jr., 41, defendida pelos paulistas. Perderam parlamentaristas puros, como o consultor-geral da República e futuro ministro da Justiça, Paulo Brossard, 60, e presidencialistas puros, como o advogado Cláudio La-combe, 53. As propostas derrotadas, no entanto, também serão encaminhadas ao presidente, como "estudos de contribuição ao Congresso constituinte".

A solução encontrada para o siste-



A Comissão de Estudos Constitucionais reunida no Rio; os defensores do "parlamentarismo misto" ganharam os debates.

ma de governo agradou a Afonso Arinos, também defensor de uma combinação entre características dos dois sistemas: o presidente seria eleito, ao contrário do parlamentarismo clássico, para "atender a uma necessidade da sociedade brasileira", mas a concentração de poder seria atenuada pela divisão de tarefas com o primeiro-ministro.

O novo sistema ainda não foi "batizado". Agora, a principal preocupação do presidente da comissão é a conclusão do "artículo constitucional", que reunirá o conjunto de propostas para todos os capítulos da Constituição para redação do texto, que "tem que ser perfeita e pode ser entregue a dois linguistas ilustres".

Na próxima reunião, dia 17, no Rio, os dez comitês temáticos em que se subdividiu a comissão apresentarão seus relatórios: começará a se definir o "esboço de anteprojeto". Esta-

rão incluídas sugestões vitoriosas, como a garantia plena do direito de greve, defendida pelo diretor do Dieese — Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, Walter Barelli, 46; a proscrição da tortura, a ser considerada crime comum (de Hélio Jaguaribe); o reconhecimento, pelo Estado, de associações e sociedades com fins humanitários, como a Anistia Internacional (do professor Cândido Mendes, 59); o direito ao conhecimento de todo o processamento de dados concernente à própria pessoa (do advogado José Afonso da Silva, 60); o direito à proposição direta de projeto de lei, por petição assinada por, no mínimo, cinquenta mil eleitores (de José Afonso da Silva). A instituição do direito ao locaute, proposta pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes, 57, não foi aprovada, mas sugestões de repre-

sentantes dos ministros militares, como o direito de voto para cabos e soldados, a submissão da decretação de medidas de emergência e estado de sítio ao Congresso e o direito de militares da ativa de candidatarem-se a cargos eletivos foram aprovadas.

Nos debates da comissão criada por Tancredo Neves, os esforços pelo consenso, característica do ex-presidente, superaram divergências como as que chegaram a provocar uma briga pública numa sessão plenária entre os dois secretários da comissão: o professor da Fundação Getúlio Vargas, Ney Prado, que se anuncia como "amigo íntimo" dos ministros militares e teria pressionado a comissão para posições mais conservadoras, e o jornalista Mauro Santayana, 52, considerado por Arinos um "representante da esquerda na comissão".